

MAPEAMENTO SOCIAL E LUTA PELA TERRA: COMUNIDADES RURAIS IMPACTADAS PELO PROJETO MATOPIBA-TO¹

Rejane Medeiros- UFT
Valéria Pereira Santos- UFT
Edmundo Costa Rodrigues- CPT

Resumo

O artigo tem por objetivo apresentar dados do mapeamento social e história das comunidades na luta pela terra, impactadas pelo projeto MATOPIBA no Tocantins. A Nova cartografia é um produto de representações sociais, políticas e culturais, assim como, materiais pedagógicos e investigativos produzidos por sujeitos com informações e representações iconográficas de uma dada realidade. Como Nova cartografia social, compreende-se enquanto produto de representações sociais, políticas e culturais de um determinado território. São, sobretudo, materiais pedagógicos e investigativos produzidos por sujeitos com informações e representações iconográficas de uma realidade. Neste caso, realizou-se uma pesquisa qualitativa, com recursos metodológicos que levou em consideração história, cultura, lugares, memórias, baseados no desenvolvimento de oficinas de auto mapeamento das comunidades rurais no estado do Tocantins. Salienta-se que parte deste estudo compõe o primeiro capítulo da tese de doutorado de Medeiros (2017). A metodologia foi organizada em quatro etapas, sendo a primeira uma linha do tempo para construir a trajetória histórica das Comunidades, o segundo momento foi realizado por meio de mapas situacionais das comunidades; já o terceiro momento ocorreu a sistematização de ameaças sofridas pelos camponeses e camponesas. Finalmente o quarto momento apresentou-se os problemas e suas respectivas prioridades e ações. O trabalho de mapeamento social revela uma dinâmica qualificada, pelos autores sociais das Comunidade Vitória e Boa Esperança, município de Palmeirante/TO. Como resultado a atividade indicou que homens e mulheres das comunidades impactadas pela especulação imobiliária e grilagens de terra intensificada com o avanço do agronegócio nas terras dos camponeses, vivem um processo de destruição da produção da cultura e vida nesses territórios, e que as trajetórias de vida são demarcadas pela expulsão das terras, conflitos e violências, mas também de muita resistência.

Palavras- chave: Mapeamento social, História das comunidades rurais, MATOPIBA, Luta pela terra

1.Introdução

O tema em estudo mapeamento social e luta pela terra: comunidades rurais impactadas pelo projeto MATOPIBA-TO, trata de uma pesquisa realizada junto às comunidades Boa Esperança e Vitória, Município de Palmeirante-TO, ambas atingidas pela especulação imobiliária, devido ao projeto de desenvolvimento do agronegócio.

¹ “Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.”

Como mapeamento utilizou-se a experiência do Projeto Nova Cartografia Social (PNCSA, 2008) que ocorre desde os anos de 2005 e tem como objetivo dar ensejo à auto-cartografia dos povos e comunidades tradicionais, comunidades do campo, das águas e das florestas. A cartografia se mostra como elemento de combate, e sua produção é uma possibilidade para a auto-afirmação social. Não se restringe a uma representação espacial da comunidade em forma de imagem. Constitui-se em uma descrição discursiva dos símbolos, das relações sociais, da ocupação do território, dos conflitos, das lutas e suas perspectivas. Trata-se de um documento descritivo da comunidade por meio de discursos, imagens fotográficas, mapa de auto-representação e histórias de vida. (PINTO, WANDERLEY, 2012).

A metodologia foi organizada em quatro etapas, sendo a primeira uma linha do tempo para construir a trajetória histórica das Comunidades, o segundo momento foi realizado por meio de mapas situacionais das comunidades; já o terceiro momento ocorreu a sistematização de ameaças sofridas pelos camponeses e camponesas. Finalmente o quarto momento apresentou-se os problemas e suas respectivas prioridades e ações. Deu-se da seguinte forma: 1. Diagnóstico participativo que ocorreu em 2016 com a participação da comunidade. A oficina para realização do diagnóstico foi desenvolvida com objetivo de mapear os conflitos e organizar as ações para enfrentamento dos mesmos. 2. Foram realizados os mapas da realidade das comunidades, separados em três grupos, mulheres, homens e jovens. Os camponeses e camponesas foram orientados a desenhar de forma coletiva a realidade da comunidade e as possibilidades de enfrentamentos aos problemas. Como resultado a atividade indicou que homens e mulheres das comunidades impactadas pela especulação imobiliária e grilagens de terra intensificada com o avanço do agronegócio² nas terras dos camponeses, vivem um processo de destruição da produção da cultura e vida nesses territórios, e que as trajetórias de vida são demarcadas pela expulsão das terras, conflitos e violências, mas também de muita resistência.

Para o entendimento desse processo histórico da produção do latifúndio no Brasil, apresentar-se-á, no tópico a seguir, uma síntese do histórico da formação do latifúndio e a relação com a política, com o objetivo de conhecer os aspectos, sociais,

² O termo agronegócio tem um sentido amplo e difuso, associado ao desempenho econômico, consubstanciado pela política, que opera com processos nem sempre modernos nas regiões por onde a produção da monocultura é forte.

políticos e econômicos desse processo e, especialmente compreender porque até hoje essa questão não foi resolvida.

2. Processo de formação do latifúndio no Brasil

Para Medeiros (2017), O processo de formação do latifúndio³ no Brasil teve início a partir do século XVI, com a invasão das terras brasileiras pelos portugueses, com o objetivo de garantir sua posse e transformá-lo em sua colônia. A consequente implantação do regime das capitanias hereditárias organizou a colônia em doze setores, outorgando a titulares de confiança do reino a administração das áreas doadas, foi uma estratégia de dominação e exploração caracterizando o processo de colonização. Com isso, a grande propriedade se somou à prática do monocultivo, na qual o objetivo final foi o mercado externo. Para explorar esta grande propriedade, surgiu a necessidade de mão de obra, que se realizou pela escravização dos povos originários que não se adaptou ao sistema de trabalho imposto, provocando tensões e causando resistências. A solução deste problema foi, portanto, a escravização do negro trazido a força da África, dando início ao que se denominou como o ciclo da cana-de-açúcar. (MEDEIROS, 2012).

A conquista da terra no Brasil ocorreu por meio de diferentes atividades econômicas, dos chamados ciclos da economia, que se apresentou em cada momento histórico por uma diversidade de área de implantação de produtos, cuja ocupação ocorreu, inicialmente, no litoral, seguido de frentes pioneiras. Contudo, é somente no século XX que o espaço brasileiro foi considerado como apropriado, apesar das discontinuidades, como é o caso da Região Amazônica, no qual:

A presença humana e a presença econômica são matizadas segundo os diversos momentos de início da ocupação e conforma as respectivas densidades atuais. É assim que, a partir das heranças, isto é, das solicitações originais próprias a cada momento do passado, e da participação das diversas parcelas do país nas lógicas econômicas, demográficas e políticas contemporâneas, produz-se o verdadeiro mosaico de regiões que hoje

³ A palavra latifúndio vem do latim “*latifundiu*”, que era usada no grego antigo para caracterizar um domínio de uma grande área de terra por um único proprietário. O termo latifúndio, de origem latina, era usado na Roma Antiga para referir-se às extensões de terra controladas pela aristocracia, e passou a ser utilizado para designar grandes propriedades de terra em geral. No Brasil, a origem dos latifúndios encontra-se no sistema de colonização. Após o golpe militar de 1964, o termo latifúndio, no entanto, ganhou uma definição legal, por força do estatuto da terra (lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964), lei que, pela primeira vez, estabeleceu os parâmetros da reforma Agrária no Brasil.

constitui a formação socioterritorial brasileira. (SANTOS, SILVEIRA, 2011, p, 250).

Com isso, a vida econômica nos três séculos que se seguiram ao processo de colonização portuguesa no Brasil deu-se por meio da exploração de bens e de trabalho. Isto significa que na formação histórica do Brasil, o tráfico, a senzala, o monocultivo e o monopólio foram forças motrizes desse processo de expropriação do espaço brasileiro. A formação colonial no Brasil foi marcada economicamente por fortes interesses dos “[...] mercadores de escravos, de açúcar, de ouro; politicamente, ao absolutismo reinol e ao mandonismo rural, que engendrou um estilo de conveniência patriarcal e estamental entre os poderosos, escravista ou dependente entre os subalternos”. (BOSI, 2003, p. 25). Quanto à condição senhorial e a condição escrava, o autor chama atenção para o fato de que são definições de papéis no sistema produtivo da economia açucareira. Entretanto, ele adverte que os papéis desempenhados pelos grupos antagônicos não se reduzem ao exercício de meras ações desenvolvidas no sistema produtivo, mas também como:

Condição [que] traz em si as múltiplas formas concretas da existência interpessoal e subjetiva, a memória e o sonho, as marcas do cotidiano no coração e na mente, o modo de nascer, de comer, de morar, de dormir, de amar, de chorar, de rezar, de cantar, de morrer e ser sepultado (BOSI, 2003, p, 27).

Implica dizer que as formas de sociabilidades, significam muito mais do que a plantação, mais do que apenas a unidade de base de um processo de produção agrícola, isto é, sobretudo, a matriz da sociabilidade no mundo rural da primeira metade do século XX, no qual o grande domínio é a sede das residências dos grandes proprietários, as “casas grandes” do qual tratou Gilberto Freyre (1977)⁴. É no interior das fazendas que se exerce a vida familiar, onde se nasce, se casa, procria-se, onde se enterram muitas vezes os mortos. Nesse sentido, Garcia (2003, p. 163) contribui para essa reflexão chamando atenção para o fato de que a “Casa-grande” continua sendo o lugar onde se comanda a vida no mundo rural:

[...] No próprio título de sua obra maior – Casa-grande e Senzala –, Gilberto Freyre (1933) assinalava como a sede dos domínios rurais era uma instituição que continuava a operar mesmo após a abolição da escravatura em 1888 e como a reunião de poderes econômicos, religiosos, culturais e

⁴ Refere-se à obra Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. FREYRE, Gilberto. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977.

políticos em uma só mão funcionava como princípio ordenador do mundo social, recriando, por uma lógica que supõe complementaridade, mas diferença irreduzível, o mundo dos descendentes dos senhores das casas-grandes e aqueles dos escravos das senzalas.

Por isso, as diferenças entre as formas de produção da vida no mundo rural subjazem a produção de sociabilidade desenvolvida na matriz da formação social do Brasil, que apresenta marcas de autoritarismo, preconceitos, mandonismo. Isso quer dizer que, sendo o domínio rural como unidade de base constituidora da economia colonial, na qual a dinâmica era impulsionada pelos centros internacionais onde se destina as lavouras comerciais, as relações de sociabilidades estavam mediadas pelas relações de produção adotadas na organização da matriz agrícola de produção.

Com relação ao modelo adotado para organizar as unidades de produção agrícola na colônia portuguesa, recorreu-se à prática do monocultivo, especializando-se em um único produto destinado à produção, utilizando mão de obra escrava. Nas unidades de produção, utilizavam-se técnicas modernas, apesar da escravidão da mão de obra. Por outro lado, existia, também nessas unidades, a produção de bens para a subsistência dos trabalhadores escravizados, uma vez que buscava redução nos custos de reprodução dos mesmos, como também oficinas para a fabricação e os reparos dos instrumentos usados pelos trabalhadores/escravizados (MARTINS, 1990).

Nesse sentido, a conjuntura histórica e geopolítica colonial legou à América Latina a pior distribuição de terras em todo mundo: 51,19% das terras agrícolas estão concentradas nas mãos de apenas 1% dos proprietários rurais, conforme levantamento da Oxfam. Ocupando o 5º lugar no ranking de desigualdade no acesso à terra, o Brasil tem 45% de sua área produtiva concentrada em propriedades superiores a mil hectares – apenas 0.91% do total de imóveis rurais. (ATLAS AGRONEGÓCIO, 2018, p. 14).

A origem disto é a Lei nº 601, de 1850, que se intitulou como Lei de terras, definida pelo conselho de Estado da época. Entre outras normas, essa lei estabelecia que o direito de possuir terra só seria possível por meio da compra e venda. Fato que beneficiou direta e indiretamente os latifundiários, pois estes detinham o poder econômico e, conseqüentemente, o fundamento jurídico e político de possuir a terra. A principal característica era implantar por meio da normatização no Brasil a propriedade privada das terras.

Art. 1º - Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. [...]. Art. 2º - Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derrubarem matos ou lhes puserem fogo,

serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias e, demais sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão e multa de cem mil réis [...]. (LEI DA TERRA n. 601, 1850, p.285 *apud* STEDILE, 2005).

A história da questão agrária no Brasil⁵ apresenta transformação no uso das terras, em que passa a existir a possibilidade de que qualquer cidadão brasileiro possa se transformar em proprietário de terras. Entretanto, este cidadão deveria comprar as terras da Coroa, o que impossibilitava os “ex-trabalhadores escravizados, ao serem libertos, se transformarem em camponeses, em pequenos proprietários de terra”. Isso não poderia acontecer, pois, sem recursos para pagar as terras à Coroa, era impossível o acesso à mesma.

A partir dessa condição, os ex-escravizados continuavam na situação de subalternidade, agora como assalariados. Com essa regulamentação, se consolida o modelo da grande propriedade rural no Brasil, como instrumento de injustiça da propriedade de terras. Por isso, duas leis contribuíram para formação desse quadro, a Lei de Terras (1850) e a Lei Áurea (1888), consideradas como Leis que legalizaram a criação dos sem-terra no Brasil. Assim como responsáveis pela gestação da favelização nos centros urbanos, consolidando a perversa concentração fundiária, originando a prática de grilagem de terras. Ou seja, a apropriação das terras devolutas através de documentos falsos que regulamentou e consolidou o modelo de propriedade rural no Brasil, construída com as bases das desigualdades territoriais.

Esse processo gerou conflitos agrários que até hoje se constitui como sementeira de violência entre camponeses e latifundiários. A partir da história dos conflitos e do processo de organização dos camponeses no século XX, pode-se afirmar que a formação do campesinato no Brasil se deu por meio de violência. Os camponeses, historicamente, precisaram disputar a terra com os latifundiários, que produziram violência e medo para expulsar os camponeses da terra. Esse processo aconteceu com ações violentas: desde ameaças diretas dos grileiros, terror promovido pelos jagunços até organizações de grupos armados para expulsão de quem insistisse em continuar na terra.

⁵ A questão agrária, compreendida como conjunto de problemas inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo passou a ser abordada na geografia agrária [...]. De um modo geral, o referencial teórico dos trabalhos de geografia agrária da atualidade ainda continua majoritariamente da sociologia. Conferir: www.fct.unesp.br/erera. Acesso em 30/11/2016.

Os trabalhadores pobres e nascidos no Brasil colônia, que com a Lei de Terras de 1850, foram impedidos do acesso à terra, tendo que migrar para o interior do Brasil, pois:

As melhores terras já estavam ocupadas pelas fazendas que se dedicavam à exportação. A longa caminhada para o interior, para o sertão, provocou a ocupação de nosso território por milhares de trabalhadores, que foram povoando o território e se dedicando a atividades de produção agrícola e de subsistência. Não tinham a propriedade privada da terra, mas a ocupavam, de forma individual ou coletiva, provocando, assim, o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades (STEDILE, 2005, p. 27).

Como resultado desse processo, tem-se a ocupação de terras por “sertanejos”, como ficaram conhecidos os camponeses que ocuparam o interior do Nordeste, Goiás e Minas Gerais. Isso ocorreu com o intuito de organizarem suas unidades familiares e desenvolverem a produção de subsistência. Movendo-se pelo país como retirantes, os camponeses brasileiros, a seu modo, foram se inserindo no campo. Nessa perspectiva é que as comunidades Boa Esperança e Vitória foram se constituindo. E, hoje sofrem violentos processos de perseguições e desapropriações.

Os dados preliminares do Censo Agropecuário 2017 (sem os grandes produtores) mostram que a terra está ainda mais concentrada nos estabelecimentos com 1.000 hectares ou mais, que agora ocupam 47,5% da área, enquanto a área ocupada pelos estabelecimentos médios (entre 100 e 1000 ha) diminuiu para 32% da área total. Os grandes estão engolindo os médios. Também houve alteração na dinâmica da posse da terra, na qual destaca-se a duplicação da área ocupada por arrendamentos. Fica cada vez mais claro que temos dois negócios no agro brasileiro: o de produção e o de terras. (PINTO, VALOR, agos. 2018).

O autor, adverte que o Censo Agropecuário de 2017 aponta que desde 2016, segue as tendências do aumento da produção, da produtividade, da concentração de terras e rendas, e, sobretudo das desigualdades sociais. E, o IBGE, saliente que ainda falta processar os dados das empresas e grandes produtores, o que deve acentuar cada vez mais as assimetrias. Destaca-se que, a estrutura fundiária de um país é, em grande medida, resultado das lutas entre latifundiários e camponeses pela posse das terras. Nesse sentido, é que o conceito de estrutura fundiária liga-se à questão da distribuição de terras em uma determinada sociedade e quanto mais desigual a distribuição das terras mais concentrada será a estrutura fundiária. Isso impõe um elemento importante nas lutas sociais: a disputa entre os camponeses e os latifundiários; uma vez que onde os camponeses foram capazes de impor sua força de luta aos monopolistas do latifúndio a estrutura fundiária tornou-se mais democrática; ao contrário, onde as forças do

latifúndio predominaram sobre a força das lutas camponesas a concentração fundiária é mais concentrada, poderosa e opressora.

2.1. Comunidade Boa Esperança: história e memória

A realização da linha do tempo sobre a história da comunidade foi construída na oficina realizada com 22 famílias. Os camponeses através da sua memória e história de vida organizaram o histórico da sua comunidade. E tudo começou em 1968, quando chegou o primeiro morador da comunidade Boa Esperança, seu Nazaré, que veio da comunidade Quilombola Grotão, município de Filadélfia, localizada poucos quilômetros do município de Palmeirantes. O registro aponta que o pai do Getúlio Felix da Luiz chegou dizendo que era dono de toda a área, entrou com ação na justiça contra Sr. Nazaré e outros. Entretanto seu Nazaré teve seu direito de posse reconhecido. Em 1982 outras famílias de camponeses também se juntaram nessa mesma área (Seu. Guilherme, Seu Antônio e outros).

As famílias do seu Guilherme e Nazaré são duas famílias grandes, seus filhos nasceram e se criaram nessa comunidade. Alguns membros dessas famílias se casaram e passaram a morar na mesma comunidade, ocupando espaços vazios. Já em 1984 iniciou os conflitos provocados pelo Getúlio que não desenvolvia nenhuma atividade nessa área, mas se julgava dono da terra.

Os conflitos eram desde a queima de casas de palha até a presença de pistoleiros ameaçando trabalhadores. Nesse período algumas famílias amedrontadas foram embora. Em 1985 ocorreram conflitos internos graves. Getúlio começou a jogar famílias contra as outras. Isso afastou algumas famílias. Nesse processo a comunidade ficou desestabilizada e muitos foram embora, em 1985 a 2007 a comunidade contava com um número reduzido de famílias.

Uma ação para reorganização da comunidade ocorre em maio de 2007, o Seu Antônio fez contato com o STTR de Araguaína para juntar pessoas para ocupar o restante da terra que estava vazia, para reforçar a luta dos posseiros e enfrentar o Getúlio. Nesse ano aumentou o número de famílias para 22. Agosto/2007- Ocorreu o primeiro despejo das famílias dos filhos dos posseiros antigos juntamente com ocupantes sem terras do STTR de Araguaína. Os filhos dos posseiros antigos ficaram na terra dos parentes na mesma comunidade e retornaram no dia seguinte, mas as famílias

de ocupantes que foram pra cidade não retornaram. Setembro/2008, um novo grupo de famílias sem-terra se junta com os filhos dos posseiros tradicionais e voltam a ocupar a área. Neste momento está como liderança do grupo o Sr. Francisco. Início do ano 2009, ocorre o segundo despejo, nesse a polícia encontrou apenas as mulheres e crianças e deixa-os na terra do Sr. Antônio que também faz parte do grupo. As famílias impossibilitadas de retornarem construíram um acampamento que durou um mês.

No final de 2009, o grupo decide criar uma associação e registrar em cartório. Em 2010, foi queimada a ponte do Córrego Gameleira, a comunidade ficou muitos meses prejudicada, sem acesso para o município de Nova Olinda e os alunos impossibilitados de ir para a escola. Agosto/2011, com vários problemas de venda de lotes e outros conflitos internos, o grupo resolveu criar o Regimento Interno que teve apoio da CPT para a construção. Esse regimento foi registrado em cartório e passou a vigorar como regras de convivência das famílias. Durante o ano ocorreu tentativa de assassinato, agressão contra Sr. Conceição e Vitorino e queima de duas casas. Neste mesmo ano o grupo começou a se articular com os grupos do município de Palmeirante, que resultou na criação da Articulação Camponesa. 2012/2013 – Houve a primeira conquista de benefícios da prefeitura para comunidade (aração de terra para roças e transporte escolar para os alunos).

Muitos conflitos internos e rodizio de famílias nos lotes. 2014 – Boa parte das famílias acessaram os recursos do Programa Brasil Sem Miséria do Governo Federal e tiveram acesso as máquinas agrícolas da prefeitura de Nova Olinda. Em setembro, atiraram na casa do camponês que tem o apelido de Galo, ninguém identificou o autor, continua intenso os problemas internos. 2015 – Foi realizado o 7ª encontro de camponeses e camponesas na comunidade, o qual teve muita contribuição das famílias para organizar e recepcionar o encontro.

2.1.1. Mapa da realidade

Para Almeida (1992, p. 27), o processo de produção de mapas organiza situações que surgem como desordem no mundo social.

O processo de produção do mapa reflete antes de tudo as dificuldades de se tentar ordenar situações e mecanismos legais de intervenção que aparecem sob o signo de uma suposta desordem no mundo social. Mediante o amplo desconhecimento das realidades localizadas e a não-atualizadas de informações elementares, pelas instituições públicas e pelos organismos de

planejamento, pode-se afirmar que o descontrolado funcionaria como forma de controle social.

A visão das comunidades sobre seu território, demarca o conhecimento geográfico e histórico do lugar onde vivem e o sentido relacional que estabelece com os elementos materiais e imateriais do território, nesse sentido é que o aporte metodológico utilizado para organização dos mapas atribui um sentido maior aos conflitos sofridos pelos camponeses e camponesas em seus territórios. Visto que, muitas vezes vivem silenciadas pela hegemonia do discurso dos atores privados e do discurso desenvolvimentista do Estado, no qual esses atores, tanto institucionais, como privados, silenciam e subalternizam as experiências coletivas das populações e comunidades que vivem nos territórios ameaçados pelo agronegócio.

A realização dos mapas aportará argumentos e ferramentas que contribuirão nos processos políticos em defesa de seus territórios e como reconhecimento crítico de sua realidade, especialmente com desenhos de ações para transformações.

No caso dos mapas percebeu-se que as mulheres da comunidade Boa Esperança, registraram no mapa as fontes de águas, os pequenos animais que criam, as casas com nome de cada morador, estradas e as frutíferas, como importância para sua existência e de sua família. Assim como, no mapa da realidade na visão dos homens adultos, foi registrado as moradias com seus respectivos moradores, as estradas de acesso e as fontes de água. Já os jovens construíram um mapa colorido, cheio de vida trazendo elementos que os pais já tinham trazidos com acréscimo do transporte coletivo, que para os jovens é muito importante pois apresenta muitos problemas para a comunidade.

Figura 1. Mapa social/jovens



Foto: CPT, 2016

Figura 2. Mapa social/mulheres



Foto: CPT, 2016

Figura 3. Mapa produzido/ homens



Foto: CPT, 2016

O processo cartográfico e os mapas como produtos são materiais pedagógicos, investigativos com informações importantes sobre a vida das populações e comunidades nos territórios, as representações das fronteiras, e, especialmente, as denúncias desde a afirmação e desde o silêncio. A experiência dos mapas realizados nas duas comunidades apontam para denúncias e anúncios no enfrentamento aos conflitos agrários e a violência sofrida pelos/as camponesas/es

2.1.2. Denúncias e anúncios no enfrentamento aos conflitos agrários

Como terceiro momento da oficina foi realizada uma ferramenta que buscou organizar a síntese dos problemas e ações das comunidades para enfrentamento dos conflitos. Os camponeses e camponesas registraram os problemas enfrentados no território, como violências, despejo, ameaças, indicaram que: 1. Ocorre constante presença do grileiro na comunidade, permanece o título do ITERTINS em nome do grileiro; Avanço do eucalipto/veneno. E enquanto sofrem essas ameaças também encontram outros problemas que enfraquece a comunidade, como por exemplo, a falta de políticas públicas relacionada a educação, pois os participantes da oficina relatam que não existe escola na comunidade e as crianças e adolescentes precisam viajar 40 km para frequentar a aula, e ainda são prejudicadas com a falta de frequência do transporte escolar.

Dos problemas apresentados na oficina, os participantes elegeram cinco para serem tratados durante o ano de 2016. Dessa forma, definiram um plano de ação que pode ser resumido da seguinte forma: fortalecer a luta pela terra, manter uma agenda de

reuniões com o Terra Legal com o objetivo dar celeridade no cancelamento do título do Itertins que foi emitido de forma irregular para o grileiro; fortalecer a organização interna das famílias; criar uma comissão para lidar com os descumprimentos do regimento interno, com o objetivo de construir consenso em torno do cumprimento das regras definidas coletivamente.

Ficou perceptível que a comunidade enfrenta diversos problemas, porém o olhar e a preocupação estão voltados para a questão da segurança na terra, que segundo os participantes, está relacionado com a organização interna das famílias, pois vivem sob constantes ameaças de violência e de despejos. Diante disso, os problemas relacionados a escola entre outros, ficaram para ser tratados no segundo plano.

2.2. Comunidade Vitória: história e memória

A realização da oficina na comunidade Vitória ocorreu no dia 28 de junho de 2016 e contou com a participação de 21 pessoas, sendo 9 mulheres e 12 homens. A localização da comunidade fica as margens da TO 335 entre a cidade de Palmeirante e Colinas do Tocantins.

No registro dos participantes da oficina, a ocupação da área denominada de fazenda Santo Reis ocorreu em 2007 e 2008. A primeira família que chegou na área, teve sua casa queimada. Logo em seguida mais 3 famílias se juntaram e formaram o 1º acampamento Vitória. No ano de 2008, já era forte a presença de pistoleiros e as famílias passaram a contar com o apoio dos assentados do PA. Santo Antônio do Bom Sossego. Em 2009, permaneciam os ataques dos pistoleiros que resultaram na queima do barracão comunitário, local das reuniões. Em 2010, aumentou o número de famílias no acampamento, passando de 04 para 20 e a CPT passou a dar apoio na organização interna das famílias. Neste ano, se intensificaram as ameaças e os ataques de pistoleiros contra as famílias. Por outro lado, as famílias se fortaleceram através do 1º Encontro de Camponeses e camponesas, realizado no acampamento Vitória, com a presença de várias comunidades das redondezas que vivem os mesmos problemas relacionados a questão da terra. E logo após esse encontro de camponeses, as famílias acampadas foram atacadas com tiroteios pelos pistoleiros que são pessoas conhecidas na região de Colinas.

Devido a situação de violência que se encontravam várias comunidades ocupantes de terra no município de Palmeirante, semelhante aos problemas enfrentados pelas comunidades Vitória e Boa Esperança, resolveram se unir na luta pela terra. Em 2011, no início do ano, as famílias do Acampamento Vitória e Boa Esperança, se juntaram com outras comunidades e realizam bloqueio da TO 335. A mobilização ocorrida em frente ao acampamento tinha por reivindicação das famílias, uma audiência pública com os órgãos Terra Legal, INCRA e MPF. E como resultado da mobilização das comunidades, um mês depois, foi realizada a audiência pública dentro do acampamento Vitória. Ainda durante o ano de 2011, o Terra Legal emitiu o título da área para um fazendeiro, essa emissão foi questionada pelas famílias que julgavam que foi um processo fraudulento que prejudicava ainda mais a permanência das famílias do acampamento Vitória na terra. A partir desse momento, as famílias passam a ser ameaçadas de despejo por uma ação de reintegração de posse movida pelo fazendeiro na justiça estadual.

Em 2012, continuava a violência dos pistoleiros contra as famílias, dessa vez, apontaram arma na cabeça de uma mulher da comunidade. Como forma de resistência e fortalecimento da luta pela terra, a comunidade Vitória, mais uma vez recebeu o 2º Encontro de Camponeses/as (120 pessoas participaram desse encontro). Durante encontro, as camponeses (as) conscientes que precisavam unir forças, criaram a Articulação Camponesa de Luta pela Terra e Defesa do Territórios do Tocantins, que se tornou um movimento autônomo que articula treze comunidades camponesas assessoradas pela CPT na região centro norte do Tocantins. No ano de 2011, foi criado a Delegacia Agrária, que tinha como objetivo controlar os conflitos agrários e dar segurança à população do campo. Mas, segundo os participantes, a situação se agravou, pois aumentou a criminalização dos camponeses e permaneceu as ações de pistolagem na região.

Em 2013, a pressão contra as famílias aumenta, e a estratégia do grileiro foi soltar seu gado para destruir as roças dos trabalhadores do Vitória. Outra estratégia, usada contra as famílias, foi incriminá-los por roubo de arame, com registro de BO's na delegacia local. Depois de inúmeras denúncias dos ataques violentos, um dos pistoleiros foi preso dentro da comunidade por porte ilegal de armas. Neste mesmo ano, foi realizado no Vitória, o 3º encontro da Articulação Camponesa (300 camponeses, entre eles 120 indígenas), após o encontro foi realizado bloqueio da BR 153 por 8 horas;

Resultado desse encontro e mobilização foi a segunda audiência pública realizada na comunidade Vitória com os órgãos: MPF, INCRA, Terra Legal, Celtins, PF, Polícia Civil e CPT. Nessa audiência a comunidade Vitória questionou o relatório da Ouvidoria Agrária Estadual, que segundo as famílias, não foi relatada a existência de conflitos na área da Fazenda Santo Reis, o que beneficiou os grileiros.

Em 2014, as famílias do Vitória, apontam como resultado importante da sua luta, o cancelamento do título emitido pelo Terra Legal ao grileiro. Foi um processo administrativo que até 2016 ainda estava em prazo de recurso. Devido a situação de insegurança das famílias, a comunidade através do MPF, moveu duas ações civis públicas para impedir o grileiro de fazer benfeitorias na área reivindicada, o que resultou na proibição do grileiro continuar desmatando a vegetação.

No ano de 2015, os participantes relataram que o grileiro tentou impedi-los de acessar as máquinas da prefeitura para fazerem suas roças. E o conflito permanecia intenso, com perseguição e ameaças de morte contra as lideranças. E só após uma audiência judicial é que amenizou a situação das ameaças. E, finalmente em 2016, ocorre o cancelamento do título do fazendeiro, que recorre ao direito de posse.

A partir dos relatos dos camponeses/as pode-se afirmar que os acontecimentos que existem em lugares da memória, lugares ligados a uma lembrança, que pode ser pessoal ou não ter apoio no tempo cronológico de identificação com o passado, também são entendidas como pertença individual. (SELAU, 2004). Quando o camponês conta sua experiência de vida enquanto explorado pelo fazendeiro que o oprimia, resgata os acontecimentos, os personagens e os lugares na sua memória.

2.2.1. Mapa da realidade

O mapa da realidade foi realizado em três grupos, mulheres, homens e jovens. Após a apresentação do desenho, os grupos fizeram uma visita nos desenhos dos companheiros para observar as diferenças e semelhanças. Os desenhos ficaram diferentes, havendo maior semelhança no desenho das mulheres e jovens. O desenho dos homens aponta uma realidade para o futuro, não correspondendo com o presente. As mulheres trouxeram a vizinhança, a produção e as casas, apontando preocupação com a falta de água. O desenho dos jovens traz um colorido e uma mistura da realidade

com o sonhado por eles, é bastante rico em detalhes. Aponta grande preocupação com a falta de um transporte escolar regular e com a não oferta do ensino médio para a região.

Contam com a união, força de vontade, reuniões todos os meses; produção de alimentos diversificada e criação de animais; acesso a escolas, saúde; Famílias morando na comunidade, casas; Cancelamento do título da terra; Apoio da prefeitura fornecimento de máquina agrícolas; Muitos jovens na comunidade; Água encanada; Biodiversidade.

Figura 4. Mapa social/mulheres



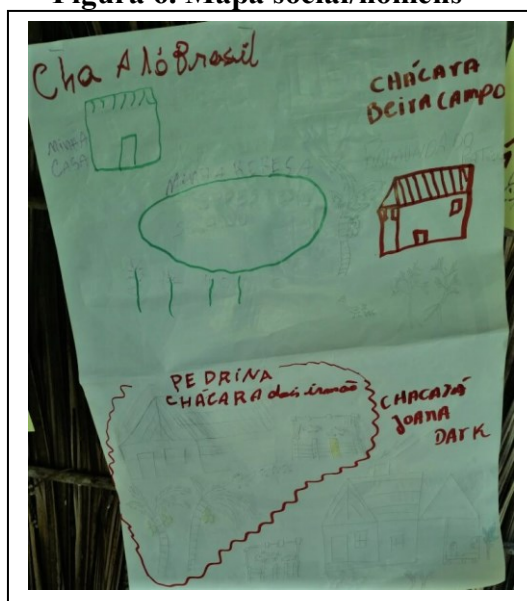
Fonte: Santos, 2016

Figura 5. Mapa social/jovens



Fonte: Santos, 2016

Figura 6. Mapa social/homens



Fonte: Santos, 2016

No Brasil, as classes dominantes insistem e defendem a atual estrutura fundiária, marcada historicamente por elevada concentração da terra. Ainda no âmbito dessa opção política conservadora, de natureza neoliberal, as classes dominantes negam a reforma agrária e contribuem para a contínua concentração da renda e de riqueza no país. A essa política conservadora se alinham iniciativas governamentais que facilitam a apropriação privada dos bens naturais e a exploração dos povos do campo e da floresta. A concentração da terra, a grilagem de terras públicas, a devastação das florestas, da vida dos povos que vivem nesses espaços são atrocidades provocadas pelo avanço do grande capital sobre a vida dos camponeses.

A fronteira agrícola é um dos grandes fatores de concentração fundiária no Tocantins, isso porque sua localização geográfica é estratégica, possuindo uma topografia favorável para a exploração da atividade agrícola, com seus recursos hídricos, as vias de acesso e o incentivo das instituições públicas à expansão do agronegócio, a produção agrícola e a agropecuária, o que possibilita o aumento da concentração fundiária e a elevação do índice das desigualdades sociais resultando em diversos conflitos no campo.

Destaca-se que a população do Tocantins é formada em grande parte por migrantes, que vem dos estados do Maranhão, Pará e Goiás. Os provenientes de outros Estados são 35,1% (no Brasil os migrantes nacionais são 19%), estando 74% no espaço urbano. É também uma população jovem, sendo que 48% da população têm menos de 19 anos (no Brasil esse índice é de 40%) e a densidade populacional do Estado é de 4,2 habitantes por Km². A taxa anual de crescimento populacional situa-se na faixa de 2,6%, contra 2,9% da região Norte e 1,6% do Brasil. Em relação à cor ou raça, a população do Tocantins é formada por 60,6% de pardos, 30,6% brancos, 7,1% pretos, 0,2% amarelos e 0,9% de indígenas (SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS, IBGE, 2016).

Quanto à questão fundiária⁶ no estado do Tocantins, os dados da quantidade de imóveis registrados pelo INCRA em 2012 perfazem um total de 72.302 propriedades, isso representa em relação à região Norte 1,3% que estão situadas numa área de

⁶ Estrutura fundiária refere-se ao perfil de distribuição e de concentração de terra numa dada sociedade, (RECLUS, In: ANDRADE, 1985).

26.725.434, 1 hectares, o que representava em relação à região Norte 4,5% do total de área da região. Já em 2014, os dados relacionados ao número de imóveis no Estado apresentam um total de 78.928 propriedades, o que soma em relação à região Norte 1,3% espacializados numa área de 29.994.147, 8 hectares o que representa em relação à região Norte 4,1% do total de área da região. Os dados sob a quantidade de imóveis relacionados a 2012 e 2014, identifica uma diferença de 8,4% entre esses anos.

Ao analisar os dados das áreas dos imóveis registrados em 2012 e 2014 (estes anos foram escolhidos por estarem mais próximos à pesquisa da tese e contribuir com a relevância do referido tema), identifica-se uma diferença de 10,9% entre esses anos. O que aponta para um indicativo de aumento na concentração de terras. Nesse sentido, é que, na microrregião do Bico do Papagaio, no norte do Tocantins, o número de conflitos no campo, por um longo período, manteve-se elevado, envolvendo conflitos de terra, ocorrência de trabalho escravo, conflitos trabalhistas e outros tipos de conflitos, vinculados ao movimento sindical e à política agrícola (OLIVEIRA, CADERNOS DE CONFLITOS NO CAMPO, 2015).

Observa-se uma prática recorrente no que se refere à regularização de terras públicas no Tocantins, apropriadas, indevidamente, por grileiros e com a anuência do Estado. Nesse caso, a regularização ocorre por meio de um Programa criado pelo governo Federal, denominado de “Terra Legal”, desenvolvido e sob a gestão do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Instituto Nacional de Colonização Rural (MDA/ INCRA).

Criado pelo governo Federal com a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, converte a medida provisória nº 458, de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 e dá outras providências. Cria, portanto, o “Programa Terra legal⁷” que dá preferência para os ocupantes de terras, imóveis públicos da União que tivesse até 1.500 hectares e revoga a Lei Complementar nº 67, de 13 de junho de 1991, e dá outras providências (BRASIL, MDA, 2016).

⁷ O Programa Terra Legal, desenvolvido em parceria com estados e municípios, é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Ao entregar o título de propriedade, o Terra Legal Amazônia tem por objetivo segurança jurídica aos produtores rurais da Amazônia Legal e reforça as políticas públicas de preservação do meio ambiente na região. (<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/serfal/etapas-do-programa>). Acesso em 31/03/2017.

Nesse cenário da estrutura agrária brasileira, o campo se constitui como o lugar de disputas pelas terras, entre o poder do grande latifúndio que se transveste de agronegócio e os camponeses em defesa da terra para viver e produzir. Assim é que o relatório “Conflitos no campo no Brasil”, publicado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) há 32 anos (seu primeiro número foi em 1985), apresenta dados sobre as ocorrências de violência contra trabalhadores rurais.

Com relação aos números de ocorrências de conflitos no campo de 2015 foi de 1.217, e em 2014 foi de 1.286. Mesmo com uma diminuição no número de conflitos nesses anos houve um aumento no número de assassinatos: em 2014 foram 36 casos; em 2015 foram 50, perfazendo um aumento de 39%. Os dados ainda revelam que a maior incidência dos conflitos no campo são aqueles por terra, com uma taxa de 63, 4%; sendo que foram 771 ocorrências em 2015 e 793 em 2014; com 200 ocupações de terras em 2015 e 205 em 2014, com 27 novos acampamentos em 2014 e 20 em 2015 (OLIVEIRA, CADERNOS DE CONFLITOS NO CAMPO, 2015).

Já os dados dos conflitos por terra, em 2016, apresentam um número de 1.295 conflitos. Destes, 61 camponeses foram assassinados, uma média de 5,8 por mês. Com 1.079 ocorrências de conflitos por terra (ações em que há algum tipo de violência tais como expulsão, despejo, assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisões etc.), é o número mais elevado nos 32 anos de registros da CPT; 1295 no total do conjunto dos conflitos por terra (soma de ocorrências, ocupações/retomadas, acampamentos).

Tanto Oliveira (2015), quanto Canuto (2017), destacam que os anos em que ocorreram o maior número de conflitos e assassinatos de camponeses no campo são aqueles em que apresentaram mudanças no ambiente político, como o período da redemocratização (1985-1988), Eleição do Lula para presidência da República (2002) e no período de preparação e execução do golpe político (2016).

No Tocantins, os conflitos por terra aumentaram 313% em 2016, um aumento de 99 ocorrências em 2016 (PASTORAL DA TERRA, Edição extra, conflitos no campo, Brasil, Ano 42, nº 228, 2016, p.4).

Nos Cerrados, o aumento da violência coincide com o início do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA, região que engloba a parte deste bioma dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, com cerca de 73 milhões de hectares e 6 milhões de habitantes. Trata-se da metade do que resta dos Cerrados em pé, de crucial importância para o

ciclo hidrológico e a recarga das principais bacias hidrográficas do continente sul-americano. Boa parte ainda preservada porque ainda sob controle de povos e comunidades tradicionais. O Tocantins, estado todo dentro do MATOPIBA, teve o maior aumento dos conflitos por terra, 313%, de 24 em 2015 para 99 em 2016. O Maranhão, o mais conflagrado do país, 196 ocorrências (SIQUEIRA, CPT, 2017)⁸.

O aumento preocupante da violência no campo se insere no clima de tensão política que vive o país atualmente. Configura-se em um total descumprimento da Constituição Federal brasileira (1988), quando apresentam e aprovam projetos que a ferem.

Tanto a comunidade Boa Esperança, quanto à Vitória relataram na oficina realizada que sofrem constantes presenças de pistoleiros e também do fazendeiro grileiro na área da comunidade. Os fatores geradores de conflitos, são, plantios de soja nas proximidades da comunidade, mudança de governo, perda dos direitos conquistados, mudanças climáticas, desmatamentos provocando a falta de chuvas; animais silvestres (onça) solta pelo IBAMA e Naturatins nas proximidades da comunidade Vitória, cinco lotes com dificuldade de água; transporte escolar sem regularidade; conflito com grileiro; falta energia elétrica; roças destruídas pelo gado do fazendeiro; acesso limitado ao ensino médio e escolarização para os adultos; demora para criação do assentamento; falta de renda na comunidade e desmatamento na divisa da comunidade para plantio de soja. Para a comunidade, algumas ações são imprescindíveis para o enfrentamento desses problemas, que vem se intensificando com o avanço do agronegócio e a especulação imobiliária na região.

Devido a modernização tecnológica da agricultura, grandes investidores nacionais e internacionais têm se interessado pela compra de terras no Brasil, o que eleva o valor das terras e a demanda por elas. Esses fatores implicam em disputas territoriais entre camponeses sem-terra, pequenos agricultores, povos e comunidades tradicionais, aumentando a violência no campo. Isso ficou demarcado nos relatos dos camponeses e camponesas das duas comunidades. Uma vez que sofrem violências e perseguições.

Considerações

⁸ O aumento da violência no campo tem a cara do golpe. Disponível em: <http://diplomatie.org.br/o-aumento-da-violencia-no-campo-tem-a-cara-do-golpe/aceeso> em 10/10/2017.

O exercício da cartografia social superou a simples realização do mapeamento coletivo, como prática de apropriação de técnica de mapa, uma vez que partiu das experiências e representações prévias, da memória dos camponeses/as que vivem no território. As oficinas realizadas nas duas comunidades foram realizadas por meio de linha do tempo sobre suas histórias. Expressa a partir da chegada dos primeiros ocupantes e dos conflitos existentes.

Os resultados da pesquisa apontaram que os territórios estão em conflitos com latifundiários que grilaram terras públicas e, que contaram com a colaboração do Estado para documentar tais terras, como por exemplo, titular terras através do programa terra legal. É uma região com grandes impactos do agronegócio, soja, eucalipto, e, por esta razão possui especulações imobiliárias em torno dos territórios camponeses. Sobre o exercício da metodologia e técnicas de investigações participativas necessita de reinterpretções que possibilite a prática de processos adequados dos desafios históricos particulares e a mudanças geográficas concretas e, sobretudo aos processos de organização social das comunidades. Sobre isso, Maldonado e Soliz, (2012, p.8), afirma que:

La cartografía social es una metodología nueva, alternativa, que permite a las comunidades conocer y construir un conocimiento integral de su territorio para que puedan elegir una mejor manera de vivirlo. Es una forma de investigación humanista y humanizadora (...) Este tipo de mapas (en oposición con los mapas tradicionales que se elaboraban únicamente por los técnicos) son creados por la comunidad en un proceso de planificación participativa poniendo en común el saber colectivo y, de esta forma, legitimarlo.

Ao realizar o mapa, revela-se os elementos materiais e imateriais contidos nos territórios, e sobretudo as relações de poder contidas nele. A pesquisa revelou que o avanço do agronegócio sobre as comunidades provoca disputas internas, enfraquece a luta, isso ocorre pela violência que os povos são submetidos, inclusive a cooptação por parte dos fazendeiros. Nessa direção, Shiva (2003), adverte que o agronegócio destrói e planta ilusões de desenvolvimento às populações e que a diversidade é erradicada como erva-daninha e as monoculturas uniformes, tanto de pessoas, quanto de plantas, são administradas de fora, deixando de ser autorreguladas e autogeridas pelas comunidades e saberes locais.

A forma pela qual esse saber é gerado, estruturado e legitimado e a forma pela qual transforma a natureza e a sociedade geram desigualdades e

dominação, e as alternativas são privadas de legitimidade. O poder também é introduzido na perspectiva que vê o sistema dominante não como uma tradição local globalizada, mas como uma tradição universal, inerentemente superior aos sistemas locais. Contudo, o sistema dominante também é produto de uma cultura particular. (SHIVA, 2003, p. 22).

Nessa mesma perspectiva, compreende-se que o projeto de mundialização do agronegócio, impõe um paradigma de produção. Sendo que o termo agronegócio corresponde aos processos sociais e políticos, resultam de um esforço consciente da burguesia para reposicionar o lugar da agropecuária e investir em novas formas de produção. E, especialmente, indica processos de mudanças que tem sua ligação com o cotidiano dos camponeses. Todavia é que, “[...] à medida que o termo agronegócio se impõe como símbolo da modernidade, passa a ser identificado, pelas forças sociais em disputa, como o novo inimigo a ser combatido”. (SILVA; MEDEIROS, 2012, p. 85).

Finalmente, transformar o mapa em um processo participativo de cartografia social uma oportunidade para uma sistematização de conhecimento locais sobre o território habitado, como também para a denúncia dos conflitos e injustiças sofridas.

Referências

Atlas do Agronegócio. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/atlas_agro_final_06-09.pdf. Acesso em: 14/10/2018.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; **Carajás, a guerra dos mapas**. 2ª edição. Belém: Seminário Consulta, 1995.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *SIT – Sistema de Informações Territoriais*. 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br>. Acesso em: 14/10/2018.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

GARCIA, Afrânio. A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. *Dossiê. Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 154- 189.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1990.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Latifúndio. In: CALDART, Roseli, Salete et al. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

MEDEIROS, Rejane. Cleide. **Práxis política do movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST/TO): trajetória de organização e formação política**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Ciências Sociais: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. 2018. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/apresentacao/>. Acesso em: 12/10/2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. In: **Cadernos de Conflitos no Campo**. Brasil, 2015.

PINTO, Raquel Giffoni, WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. Memória e Resistência: a experiência do mapeamento participativo da comunidade Quilombola de Linharinho, Espírito Santo. In: **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2012.

PINTO, Luis Guedes. No censo agropecuário, mas concentração e exclusão. Disponível em: <https://www.valor.com.br/opiniao/5781479/no-censo-agropecuario-mais-concentracao-e-exclusao>. Acesso em: 14/10/2018.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: territórios e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SELAU, Mauricio de Silva. **História oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais**. Revista Esboços, v. 11, n. 11, UFSC, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486/9887> Acesso em 18/06/2018.

SIQUEIRA, Rubens. O aumento da violência no campo tem a cara do golpe. (CPT, 18/04/2017). Disponível em <http://www.diplomatique.org.br> . Acesso em 14/10/2018.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**. São Paulo: Gaia, 2003.

STEDILE, João Pedro (Org.). História da questão agrária no Brasil. In: _____. *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TORRES, Irene Véz; GAONA, Sandra Rátiva; CORREDOR, Daniel Varela. Cartografia social como metodologia participativa y colaborativa de investigación em el território afrodescendente de la cuenca alta del río Cauca. Bogotá, Colômbia: Cadernos de Geografia, revista Colombiana de geografia. Vol. 21, nº2, jul-dic de 2012. PP. 59-73.